



Corumbá Concessões S.A.
Relatório da administração
Dezembro de 2015

Relatório da administração 2015

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Considerações gerais:

O ano de 2015 para os geradores hidráulicos, configurou-se como um ano turbulento, porém com desfecho promissor no final desse período dado a aprovação pelo Senado Federal da MP 688 (convertida em lei nº 13.203 em 08/12/2015), da divulgação da Resolução Normativa ANEEL n.º 684/2015 e posterior assinatura pela Companhia da Repactuação do Risco Hidrológico (despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016) conforme Termos de Repactuação de nº 84/2016 com condições estabelecidas na Nota Técnica 29/2016-SRM-SRG/ANEEL.

Os percalços que os geradores hidráulicos, de uma forma geral, sofreram em 2015 dizem respeito ainda a fatores relacionados com a baixa hidraulicidade que continuou desde 2014 se agravando ainda mais em 2015. A baixa disponibilidade de água para a geração hidráulica no país como um todo, a exemplo do ano de 2014, fez com que fossem acionadas fontes geradoras de energia elétrica com Custo Médio Unitário (CMU) mais elevado, como por exemplo as térmicas movidas a combustíveis fósseis, custos esses que se refletiram em um Preço de Liquidações das Diferenças (PLD) também aumentado em 2015 (média de R\$ 288/MWh no submercado Sudeste/Centro Oeste). Esse déficit nacional de geração hídrica se refletiu em um fator de redução da energia assegurada (GSF – "Generation Scalling Factor") médio de cerca de 15% no ano de 2015, isso, em linhas gerais, significa que as usinas hidráulicas do Sistema Nacional que não detinham energia de reserva ficaram, em média, 15% expostas (*short*), sendo obrigadas a comprar essa energia "faltante" no Mercado de Curto Prazo (MCP) ao preço PLD, que em 2015 se situou em R\$ 288/MWh em média. Para a Companhia, esses fatos geraram despesas e provisões não previstas de mais de R\$ 27.000 ao longo de 2015.

Em relação à afluência no reservatório da Usina Corumbá IV, em todos os meses de 2015 as mesmas ficaram abaixo da média histórica, sendo 7 meses de baixíssima afluência, onde janeiro e fevereiro foram os dois piores meses em 85 anos de dados históricos. A afluência mensal média histórica no reservatório da usina dos últimos 83 anos se situa em cerca de 132 m3/segundo médios ao mês. No ano de 2014 essa média foi de 109 m3/segundo e no ano de 2015 foi ainda menor, se situando em 73 m3/segundo.

DADOS UHE CORUMBÁ IV - HISTÓRICOS DE VAZÃO - GERAÇÃO - DISPONIBILIDADE												
VAZÃO M3/S RIO CORUMBÁ												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Vazão Histórica 1931 a 2014	217	240	239	191	119	87	68	54	46	60	99	161
2006	141	171	262	280	130	86	72	56	51	142	170	283
2007	327	355	194	160	87	88	50	39	33	32	62	139
2008	170	269	275	217	103	75	55	43	41	38	65	153
2009	153	217	164	234	146	89	65	56	61	96	116	224
2010	214	144	168	155	75	56	45	35	26	53	90	216
2011	222	188	206	151	102	63	49	35	27	59	82	141
2012	249	203	150	128	83	64	46	35	36	31	45	86
2013	222	176	155	240	103	73	47	31	30	85	75	157
2014	122	136	264	274	114	72	50	37	31	23	62	123
2015	52	89	169	187	106	61	45	25	17	25	45	53
EL NIÑO - MUITA CHUVA												
LA NIÑA - POUCA CHUVA												
NEUTRO												

Nas demais usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN) o quadro não foi muito diferente neste ano.

Tal quadro sistêmico repercutiu na Companhia em despesas elevadas no item liquidações financeiras mensais do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) até o mês de julho de 2015, a partir do qual a Companhia, em ação Judicial através da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia (APINE), obteve liminar auferindo proteção judicial contra o que fora considerado valores excessivamente elevados dessas referidas liquidações a pagar do MRE. A partir desta data, então, a Companhia passou a provisionar mensalmente os valores das liquidações financeiras em discussão relativas ao segundo semestre de 2015.

Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, bem como as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação a Companhia desiste da liminar judicial que a protegia do GSF.

No tocante ao cenário macroeconômico nacional, observamos uma elevação da taxa básica de juros da economia, a taxa SELIC, que, refletindo em uma taxa CDI mais elevada tornou o endividamento da Companhia mais oneroso, uma vez que suas debêntures são atreladas ao CDI. Em janeiro de 2015 o CDI médio era de 11,75% ao ano, ao passo que no fim desse mesmo ano já havia subido para 14,25%. Além do aumento do custo de rolagem da dívida, o Mercado de Crédito se mostrou mais restritivo e seletivo para eventuais novas estruturações e/ou rolagens financeiras. A recessão econômica, contudo, que se recrudescer nesse ano não afetou diretamente a Companhia, uma vez que suas receitas são travadas em um contrato de compra e venda de energia de longo prazo. O aumento da taxa de inflação, também nesse ano, tem um potencial de elevar o OPEX da Companhia, porém as suas receitas também são indexadas pelo índice de inflação, restando apenas eventuais desencaixes temporais, uma vez que as receitas são reajustadas uma vez a cada 12 meses.

Acompanhando esses problemas financeiros e de forma proativa, a Companhia, através do seu Conselho de Administração e Diretoria, aprovou orçamento para os próximos anos com reduções significativas em seu custeio operacional. Como podemos ver no quadro abaixo a redução do custeio para 2016, quando comparado com 2015, foi de cerca de 25%. Tais reduções foram observadas, de uma geral, em todos os itens que compõe o orçamento operacional (com controle da Administração).

OPEX 2015 *	OPEX 2016 **	VARIAÇÃO %
33.854	25.445	-25%

(*) Fora provisões, liquidações do MRE e compra de sazonalização.

(**) Fora compra de sazonalização e fora amortização de ativo regulatório.

Estes fatos de 2015 acima descritos (questões setoriais e aumento do custo financeiro), juntamente com provisões adicionais para passivos contingentes (liquidações do MRE e demandas judiciais) fizeram com que o EBITDA 2015 fosse reduzido, gerando uma margem EBITDA menor que 30% nesse ano, além de um resultado líquido negativo (prejuízo) de R\$ 38.628. Contudo, do ponto de vista da Geração Operacional de Caixa, foram percebidos em 2015 cerca de R\$32.809 referentes ao êxito regulatório da Companhia na demanda de correção de erro de faturamento realizado a preços menores que o previsto no Contrato de Compra e Venda de Energia da Companhia com a CEB Distribuição S.A., no período de setembro de 2005 a abril de 2006, por conta da equivocada aplicação da Resolução ANEEL nº 165/2005. Esses recebimentos foram lastreados na 35ª reunião de Diretoria da ANEEL de setembro de 2013 e na 48ª reunião de Diretoria da ANEEL em dezembro desse mesmo ano, que foi determinada que a Companhia procedesse com a citada correção desse faturamento a menor, aplicando-se os preços previstos no contrato, indexados pelo IGP-M, bem como lastreado pelo acordo de parcelamento efetuado entre a CEB Distribuição e a Companhia. Tal ajuste ensejou um caixa adicional em 2014 de R\$ 10.936 e em 2015 de R\$32.809, o que, do ponto de vista da geração operacional de caixa representou um “upside”.

Destaques em 2015:

Um tanto quanto explicado pela baixa afluência no reservatório da Companhia, e em parte explicado por estratégias de otimização de despacho nacional/segurança regional realizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia teve seu despacho (geração física) bastante reduzido no ano de 2015, tendo gerado cerca de 52% do seu requisito de geração a jusante (607.944 MWh/ano).

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2015
2015	Prevista	51.634	46.637	51.634	49.968	51.634	49.968	51.634	51.634	49.968	51.634	49.968	51.634	607.944
	Bruta	21.786	5.117	1.638	37.174	57.985	19.307	12.169	26.237	69.384	39.450	22.320	7.223	319.790
	Líquida	21.533	5.072	1.634	36.598	57.151	19.121	12.025	25.865	68.259	38.838	21.961	7.121	315.178

O menor despacho e a conseqüente menor vazão turbinada fizeram com que a cota do reservatório (nível da água armazenada) ficasse, ao longo de quase todos os meses de 2015, acima da média dos últimos 9 anos de operação, como podemos ver no quadro seguinte:

	COTA MÉDIA	2015
JAN	839,5	837,4
FEV	840,5	838,4
MAR	841,6	841,0
ABR	841,9	842,4
MAI	841,5	842,1
JUN	840,8	842,2
JUL	840,0	842,3
AGO	839,1	841,7
SET	838,3	839,6
OUT	837,7	838,4
NOV	837,6	838,0
DEZ	838,2	838,4

No tocante à disponibilidade de geração, registra-se em 2015 uma Taxa Média de Disponibilidade da Usina em torno 97,15%, sendo o maior valor desde a entrada em operação comercial. Vide quadro abaixo.

DISPONIBILIDADE / INDISPONIBILIDADE		
ANO	FATORES	ÍNDICE %
2006	DISP.	-x-
	INDISP. MF	-x-
	INDISP. MP	-x-
2007	DISP.	-x-
	INDISP. MF	-x-
	INDISP. MP	-x-
2008	DISP.	92,2
	INDISP. MF	0,44
	INDISP. MP	7,37
2009	DISP.	97,94
	INDISP. MF	0,25
	INDISP. MP	1,81
2010	DISP.	95,16
	INDISP. MF	0,03
	INDISP. MP	4,82
2011	DISP.	93,37
	INDISP. MF	0,75
	INDISP. MP	5,88
2012	DISP.	93,98
	INDISP. MF	5,75
	INDISP. MP	0,27
2013	DISP.	96,32
	INDISP. MF	0,14
	INDISP. MP	3,55
2014	DISP.	95,33
	INDISP. MF	0,09
	INDISP. MP	4,59
2015	DISP.	97,15
	INDISP. MF	0,1
	INDISP. MP	2,73

Índices não apurados pelo ONS.

LEGENDA
DISP: Disponibilidade de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.
INDISP. MP: Indisponibilidade por Manutenção Programada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.
INDISP. MF: Indisponibilidade por Manutenção Forçada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

Demais parâmetros operacionais na Usina dentro dos padrões esperados, sem manutenções corretivas relevantes no ano de 2015, tendo inclusive passado por fiscalização da ANEEL sem ressalvas.

Observamos ainda em 2015 reconhecimento setorial das contribuições da Companhia nos projetos executados no âmbito de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), podendo-se destacar:

1. Apresentação do artigo Metodologia para Recuperação Sustentável do Entorno dos Reservatórios de Hidrelétricas, na sessão técnica do VIII Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (CITENEL).
2. Publicação do artigo “Análise de Valor no Uso Múltiplo de Reservatórios”, decorrente do projeto de P&D PD-2262-1001/2010, “Análise de Valor no Uso Múltiplo do Reservatório de Usina Hidrelétrica Corumbá IV”, desenvolvido pela Companhia em parceria com a COPPETEC e FAROL. Artigos resultantes deste projeto também foram apresentados: 1-Congresso Latino-Iberoamericano de Investigación Operativa – Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional realizado no Rio de Janeiro – RJ; 2-XXXII Encontro Nacional de Engenharia da produção realizado em Bento Gonçalves – RS; 3-XXIX Seminário Nacional de Grandes Barragens realizado em Porto de Galinhas; 4-The 22nd International Conference on Multiple Criteria Decision Making realizado em Málaga/Espanha.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, deu continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua equipe, seja investindo em treinamento (1.572 horas), seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de Administração de Pessoas.

A Administração, por fim, acredita que com a assinatura do contrato de Repactuação do Risco Hidrológico, limitando o risco do GSF a um teto de 10% (produto SP90) da sua energia assegurada, juntamente com a crença de uma melhora nos preços PLD do Mercado de Curto Prazo para os próximos anos, e que com a redução dos seus custos operacionais, a Companhia deverá retomar a sua trajetória de eficiência financeira e lucratividade no médio prazo. Da mesma forma, a Companhia continuará a zelar pela excelência técnica bem como a manutenção das melhores práticas de governança corporativa. O atendimento aos Programas Ambientais preconizados em sua Licença de Operação (LO), da mesma forma, seguirão sendo cumpridos, com estrito senso de manutenção do bom relacionamento e eficiência da Companhia com a Sociedade.

Testes de “impairment”:

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores Externos de “impairment”:

- (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.
- (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;

- (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores Internos de “impairment”:

- (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área sócio-ambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2015, a Concessionária, através de seus advogados, bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações os eventuais ajustes nas provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Meio Ambiente

Visando atender as condicionantes estabelecidas na Renovação da Licença de Operação (LO) nº 514/2005, renovada em 18/04/2012, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia desenvolve ações de caráter social e ambiental, buscando a sustentabilidade econômica para o reservatório e seu entorno. As ações desenvolvidas nos Programas Ambientais, são implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente. Para mitigar e controlar os impactos causados pelo reservatório da Usina, tais ações estão agrupadas no Meio Socioeconômico, Meio Físico e Meio Biótico e foram desenvolvidas ao longo de 2015, conforme quadro abaixo:

MEIO SOCIOECONÔMICO

1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- a) Programas de Rádio: veiculado todas as 3ª e 6ª feiras, totalizando 89 programas, para 07 municípios.
7 de 10

- b) Informativos de Teor Jornalístico: produção e distribuição de 4 edições do informativo UHE Corumbá IV com tiragem de 5.000 exemplares cada.
- c) Matérias: produção e divulgação de 73 matérias em meios de comunicação.
- d) SMS: 60 textos de SMS enviados para 966 números de celulares cadastrados.

2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- a) Capacitação de Agentes Ambientais: 03 capacitações (Luziânia, Corumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto), atendendo 125 agentes.
- b) Parada Ecológica (Temática Ambiental): 11 eventos (Abadiânia, Alexânia, Silvânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Novo Gama) com 599 participantes.
- c) Abordagem Ambiental Via Lago: 13 na Área de Preservação Permanente - APP do reservatório. Total de participantes: 577.
- d) Palestras e Monitoramento para Professores - Agenda 21 Escolar: 07 palestras (Luziânia, Abadiânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Novo Gama, Corumbá de Goiás e Silvânia). Total de participantes: 81.
- e) Oficina de Educação Ambiental para Educandos - Agenda 21 Escolar: 17 oficinas (Corumbá de Goiás, Abadiânia, Silvânia, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama e Alexânia) beneficiando 1.346 participantes.
- f) Curso de Qualidade da Água e Revegetação: 1 em Luziânia. Total de participantes: 77.
- g) Curso de Capacitação Associativismo - Cultivo de Maracujá: 01 em Santo Antônio do Descoberto. Total de participantes: 27.
- h) Curso de Capacitação em Associativismo - Aquicultura: 01 em Santo Antônio do Descoberto. Total de participantes: 15.
- i) Curso de Manejo de Resíduos Sólidos: 01 em Santo Antônio do Descoberto. Total de participantes: 16.
- j) Curso Educação Ambiental para o Trabalhador (Programa de Educação Ambiental do Trabalhador): 02 em Luziânia. Total de participantes: 39.
- k) Curso de Capacitação para Agentes Ambientais: 01 em Brasília. Total de participantes: 06.
- l) Curso de Qualidade da Água e Lençol Freático: 01 em Novo Gama. Total de participantes: 49.
- m) Visita à Lideranças Comunitárias e Prefeituras-Mobilização: 01 em Abadiânia, 03 em Alexânia, 06 em Corumbá de Goiás, 08 em Luziânia, 21 em Santo Antônio do Descoberto, 04 em Silvânia e 04 em Novo Gama.
- n) Doações: Cartilhas, lixocar, folders.

3. PROGRAMA DE SEGURANÇA E ALERTA

No ano de 2015, foram realizados os seguintes treinamentos:

- a) Curso de Brigada de Incêndio - Reciclagem - 240 horas
- b) Curso de Trabalho em Altura – Reciclagem - 72 horas
- c) Curso de Resgate Espaço Confinado – Reciclagem - 88 horas
- d) Curso de Trabalho com Eletricidade – Norma Regulamentadora-10 - Reciclagem - 240 horas
- e) Curso de Norma Regulamentadora-10 – Treinamento – 120h.

4. PROGRAMA DE REALOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Não houveram construções ou desconstruções neste PBA ao longo do ano de 2015.

5. PROGRAMA ALTERNATIVA PRODUTIVA

- a) Viveiros-Escola: Em 2015 o projeto se estendeu por mais 06 (seis) meses. Foram realizados neste período 24 novos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas em pequena escala - PRAD. Foram revegetados 12,2 hectares com mudas de árvores do Cerrado, utilizadas 12,5 mil mudas nativas do Bioma produzidas nos viveiros do Projeto Viveiro-Escola (mais de 70 espécies). Foram produzidas 60 mil mudas nas 03 (três) Unidades Demonstrativas - Santo Antônio do descoberto, Corumbá de Goiás e Silvânia - e mais de 47 mil mudas em 36 Unidades Avançadas dos participantes do projeto. Ao longo dos dois anos e meio de projeto, 46 produtores rurais foram diretamente beneficiados. A produção de mudas nas UD's garantiu volume suficiente para atender a demanda dos PRADs e ainda gerou volume excedente para a comercialização, gerando poupança para a auto-gestão dos viveiros. Até o fim do projeto as vendas das mudas nas três Unidades Demonstrativas renderam R\$10,4 e as Unidades Assistidas arrecadaram R\$ 9,3

para os comunitários envolvidos. Os viveiros foram entregues como doação às três comunidades rurais em que estão inseridos e os comunitários continuarão a produção e venda de mudas de forma independente.

6. PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO (PACUERA)

O PACUERA está disponibilizado nas prefeituras municipais do entorno do reservatório, nos órgãos públicos e no site da Corumbá, para consultas, conforme edital divulgado pelo IBAMA no Diário Oficial da União - DOU.

A Companhia divulga em determinados Programas Básicos Ambientais da Corumbá IV, as orientações e diretrizes do referido documento. Está sendo realizada pela Companhia, a regularização dos acessos ao lago, com os proprietários que fazem limite à Área de Preservação Permanente do entorno do reservatório da UHE Corumbá IV.

7. PROGRAMA ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

- a) Agrinho: Em 2015, 98 municípios goianos participaram do programa Agrinho com o tema "Saúde, qualidade de vida e meio ambiente". Foram inscritos 10.533 trabalhos de alunos, professores e escolas em categorias como redação, desenho, projeto pedagógico e escola Agrinho. Entre os 200 premiados de 2015, alunos de Alexânia e Luziânia foram contemplados nas categorias desenho e redação.
- b) Reconstrução de Instalações Físicas de Interesse Social: 1 Creche em Silvânia, para beneficiar 200 crianças com idade entre 0 e 3 anos. Em uma área de 563,55 m² foram construídos 3 prédios que contemplaram recepção, sala de professores, 3 salas de creche, banheiros, cozinha, área de serviço composta por lavanderia e rouparia, além de área externa.
- c) Doações: 200 Camisetas – X Cavalgada Ecológica – FLONA / Silvânia e brinquedos; 2 bicicletas para o Concurso de Redação em Corumbá de Goiás; Patrocínio para realização das comemorações do Centenário de Bernardo Elis e José J. Veiga em Corumbá de Goiás.
1300 mudas de espécies do cerrado doadas para as Secretarias de Meio Ambiente de Abadiânia, Corumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto destinadas ao desenvolvimento de ações de recuperação de nascentes. Neste contexto também foram doadas 100 camisetas, 100 bonés e 300 folders educativos para a ação de Abadiânia; e
620 brinquedos para cantada de natal em Luziânia.
- d) Campanha de Saúde: Botas, inseticidas e panfletos educativos sobre riscos de doenças transmitidas por vetores para campanha de saúde de Alexânia.
- e) Campo Saúde: Foram realizados eventos do Campo Saúde em parceria com a FAEG-SENAR/GO nos municípios de Abadiânia, Corumbá de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Silvânia e Luziânia com atendimentos em Dermatologia, Odontologia, Oftalmologia, Cardiologia, Ginecologia, Vacinação, dentre outras especialidades, além de atendimentos em cidadania, como emissão de RG e Fotografia. Cerca de 7.000 pessoas receberam atendimentos.
- f) Patrocínios Culturais: Total de 02, sendo: Cavalhadas de Corumbá de Goiás e Concerto de Natal em Corumbá de Goiás. Além disso houve apoio para reparação e conserto de instrumentos musicais da Banda 13 de Maio do município de Corumbá de Goiás.

8. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO UHE CORUMBÁ IV

Este monitoramento observa ocorrências no reservatório e Área de Preservação Permanente - APP, baseadas nas seguintes categorias: Abertura e reabertura de estradas; Rampa de acesso ao reservatório; construção de casas; plantação exótica; desmatamento; construção de cerca; instalação de rede elétrica; área para churrasco; perfuração de cisterna ou poço artesiano; construção de fossa; estacionamento; retirada de água; presença de gado; acampamentos e pesca predatória.

MEIO FÍSICO

1. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA**
Campanhas trimestrais em: 14 pontos do Rio; 08 pontos do Reservatório e 01 ponto Lançamento da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Santo Antônio do Descoberto.
2. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE ENCOSTAS MARGINAIS E PROCESSOS EROSIVOS**
Focos Erosivos: 18 estão controlados; 44 estão recuperados; 02 de vulnerabilidade baixa; 01 de vulnerabilidade alta e 05 à jusante da barragem.
3. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO CLIMATOLÓGICO**
Sem registros de alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV.
4. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA ÁGUA SUBTERRÂNEA**
Rede de monitoramento compostas por 07 piezômetros instalados no entorno do reservatório. Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV aumentou com o enchimento do reservatório e apresenta tendência à estabilização.
5. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO SISMOLÓGICO**
Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV.
6. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE MACRÓFITAS**
Média anual de biomassa (t/ha) no reservatório em 2015:
 - *Eichhornia Crassipes* - Rio Descoberto: 6,8t/ha
 - *Polygonum Lapathifolium* - Rio Descoberto: 5,76t/ha
 - *Eichhornia Crassipes* - Rio das Antas: 7,34t/haBiomassa retirada do reservatório: 81.720m³
- 6.1 **UNIDADE DE COMPOSTAGEM DE AGUAPÉ - UCA**
Biofertilizante produzido no ano: 46,48 toneladas
7. **PROGRAMA DE MONITORAMENTO SEDIMENTOLÓGICO**
Rede monitoramento, composta por 6 estações hidrométricas instaladas nos principais tributários do reservatório. Monitoramento da entrada e saída de sedimentos do reservatório da UHE Corumbá IV.

MEIO BIÓTICO

1. **PROGRAMA DE REVEGETAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA UHE CORUMBÁ IV**
Não houve revegetação de áreas degradadas, devido a presença de gado na APP nos anos de 2014 e 2015.
2. **PRAD - RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA**
Atividades de recuperação foram concluídas em 2012.
3. **PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES**
Divulgação dos resultados da pesquisa realizada no ano de 2013 para levantamento de vetores no município de Santo Antônio do Descoberto, no entorno de áreas com e sem macrófitas.

* * *

Corumbá Concessões S.A.
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Corumbá Concessões S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 16 de março de 2016


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador CRC 1SP216451/O-1 "S" DF

Corumbá Concessões S.A.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
		(Nota 2.21)			(Nota 2.21)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	19.477	14.315	Fornecedores (Nota 10)	7.921	3.566
Contas a receber (Nota 4)	12.399	48.739	Debêntures (Nota 12)	65.750	29.537
Adiantamentos	668	705	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 23)	1.981	1.871
Tributos a recuperar (Nota 5)	9.523	9.588	Obrigações trabalhistas e sociais	810	684
Despesas antecipadas (Nota 25)	948	117	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	3.522	12.943
Outros ativos (Nota 6)	1.513	2.509	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.335	1.282
	<u>44.528</u>	<u>75.973</u>	Outros passivos	172	484
				<u>81.491</u>	<u>50.367</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota 10)	131	2.231
Tributos diferidos (Nota 5)	56.831	42.079	Debêntures (Nota 12)	381.729	445.350
Tributos a recuperar	979		Empréstimos e financiamentos	399	
Despesas antecipadas (Nota 25)	7.064		Provisão para causas judiciais (Nota 16)	44.603	2.165
Cauções e depósitos vinculados (Nota 12)	18.450	17.997	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	25.599	25.861
Depósitos judiciais (Nota 16 (a))	19	19	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 23)	1.091	438
	<u>83.343</u>	<u>60.095</u>	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	2.398	1.522
			Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)	41.427	41.427
Imobilizado (Nota 7)	596.742	613.638		<u>497.377</u>	<u>518.994</u>
Intangível (Nota 8)	7.716	8.112	Patrimônio líquido (Nota 13)		
Diferido (Nota 9)		3.632	Capital social	235.259	235.259
	<u>687.801</u>	<u>685.477</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	(16.292)
			Prejuízo acumulado	(65.506)	(26.878)
				<u>153.461</u>	<u>192.089</u>
Total do ativo	732.329	761.450	Total do passivo e do patrimônio líquido	732.329	761.450

Corumbá Concessões S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 17)	141.554	138.489
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 18)	<u>(73.495)</u>	<u>(76.369)</u>
Lucro bruto	<u>68.059</u>	<u>62.120</u>
Resultado operacional		
Despesas administrativas (Nota 19 (a))	(9.288)	(9.444)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 19 (b))	<u>(42.439)</u>	<u>(114.216)</u>
Lucro / (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	16.332	(61.540)
Receita Financeira (Nota 20)	3.756	7.168
Despesa Financeira (Nota 20)	<u>(78.040)</u>	<u>(58.396)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.952)	(112.768)
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(5.920)	
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	<u>25.244</u>	<u>38.719</u>
Prejuízo do exercício	<u>(38.628)</u>	<u>(74.049)</u>
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	<u>566.248</u>	<u>566.248</u>
Prejuízo líquido do exercício por lote de mil ações – Em reais	<u>(68,22)</u>	<u>(130,77)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 13 (d))	Reservas de lucros		Lucro/Prejuízo acumulados (Nota 2.21)	Total
			Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2013	235.259	(16.292)	3.066	47.014	(2.909)	266.138
Prejuízo do exercício					(74.049)	(74.049)
Compensação de prejuízos do exercício			(3.066)	(47.014)	50.080	
Em 31 de dezembro de 2014	235.259	(16.292)			(26.877)	192.089
Prejuízo do exercício					(38.628)	(38.628)
Em 31 de dezembro de 2015	235.259	(16.292)			(65.506)	153.461

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.952)	(112.768)
Ajustes		
Depreciação e amortização	18.898	18.882
Constituição de provisões	50.720	1.993
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	75.107	51.228
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	36.340	4.828
Fornecedores	(1.868)	(1.877)
Tributos a recuperar	(914)	(7.846)
Despesas antecipadas	(7.895)	9
Outros ativos e passivos	(4.045)	(7.961)
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.007)
Juros pagos	(75.128)	(70.816)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	33.263	(130.335)
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)		
Obras civis		(4.054)
Desapropriações		(484)
Outros	(27)	(13)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(27)	(4.551)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	(28.473)	(344.357)
Captação de recursos (Nota 12)	399	481.500
Dividendos pagos		(3.987)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(28.074)	133.156
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.162	(1.730)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.315	16.045
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.477	14.315

(*) Os valores apresentados referem-se ao efetivo desembolso de caixa/equivalentes de caixa conforme exemplo da página 24 do CPC 03. Em 2014, os valores de movimentação do imobilizado presentes na nota 7 refletem os registros contábeis do período pelo regime de competência.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. Em 2014, após estudos e testes técnicos a mesma foi elevada para 129,6 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada. Esse aumento na potência se refletiu em energia assegurada no montante de 0,6 MW médios, que foram registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE como margem de “energia de segurança” (não contratada).

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento, renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 18/04/2018. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m.

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética.
- Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica,

A Companhia projeta melhorar o capital circulante líquido – CCL através do aumento da sua energia assegurada para venda (em cerca de 2,6 MW), que está em fase final de aprovação pelo Ministério de Minas e Energia – MME (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético). A previsão é disponibilidade desta energia para comercialização já no 1º semestre de 2016. Pela projeção de fluxo de caixa, os recursos futuros serão suficientes para honrar os passivos de curto prazo, sendo que o montante mais significativo refere-se a liquidação de debêntures que têm vencimento em duas parcelas, sendo a primeira em junho e a segunda em dezembro. O resultado do exercício findo em 2015 e de 2014 foram

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impactados por eventos não recorrentes nos montantes de R\$42.439 e R\$112.223, respectivamente, conforme mencionado nas notas explicativas.

A Companhia na condição de associada da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, foi beneficiada em julho/2015 pela liminar proferida nos autos do processo nº. 34944-23.2015.4.01.3400, em trâmite na 20ª Vara Federal, que teve por objeto o fim da cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao recente aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”). Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, e as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação a Companhia abre desiste da liminar judicial que a protegia do GSF (Nota 25).

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base da preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em 16 de março de 2016.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisões para cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao recente aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”), avaliação de impairment dos ativos fixos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas (Nota 2.20).

Não ocorreram movimentações em “Outros resultados abrangentes”, dessa forma não foi requerida a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Ativos circulante e não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

2.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

Não obstante o recente resultado negativo, muito explicado por questões sistêmicas (do setor), como o GSF, a Administração avalia o mesmo como transitório em face até mesmo do aumento da energia assegurada, bem como a recente repactuação hidrológica que reforçam as perspectivas positivas para a Companhia.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2.10 Diferido

O ativo diferido foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006, encerrando no exercício de 2015. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, optou por manter o saldo no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

Corumbá Concessões S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. A taxa efetiva é de 128% do CDI.

2.13 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.17 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.19 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

2.20 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir.

Provisão da GSF

A Companhia realizou provisão para possíveis despesas com as liquidações financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), relacionadas ao aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”), para o período de agosto a dezembro de 2015, no montante de R\$ 8.282, calculados com base na aplicação do GSF divulgado sobre a energia sazonalizada no período, multiplicados pelos Preços de Liquidação das Diferenças (PLD’s) médios do subsistema Sudoeste/Centro-Oeste.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão da vida útil do ativo imobilizado

Para estimativas referentes ao tempo de vida útil do ativo imobilizado, utilizamos as taxas da Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

Recuperação do imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento e estimativas significativos da administração são requeridos para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

A Companhia, estima por meio de estudos financeiros internos que a implementação do plano de ação referente em conjunto com os resultados positivos de suas operações, gerarão lucro tributário que será suficiente para compensar os tributos diferidos (diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais) no prazo aproximado de 9 anos.

2.21 Representação das demonstrações financeiras

Foi realizado o ajuste contábil de R\$ 2.909 referente a serviços de anos anteriores a 2013 que foram executados dentro do prazo previsto no contrato, restando pendente a emissão das notas fiscais que estavam condicionadas à aprovação dos relatórios pelo IBAMA. Tendo em vista a demora do órgão licenciador em se manifestar acerca dos relatórios apresentados pela Companhia, e tendo em vista que a área técnica atestou os serviços, consideramos os projetos já concluídos. Sendo assim, o montante não foi baixado do ativo no período correto (anos anteriores a 2013), logo rerepresentamos o saldo de 2014, a conta adiantamento a fornecedores no ativo em contra-partida a conta de prejuízos acumulados.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	9	12
Banco BTG Pactual – Conta	2.187	
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	960	1
Banco Bradesco – Aplicação financeira (a)	16.321	5.722
Banco do Brasil S.A. – Aplicação financeira (b)		8.580
	19.477	14.315

- (a) As aplicações financeiras são operações compromissadas, contratadas a taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor contratual (juros + correção), reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata
- (b) As aplicações financeiras são Certificado de Depósito Bancário – CDB, contratado a taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor contratual (juros + correção), reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	2015	2014
CEB Distribuição S.A.	12.399	48.739

Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.
Em 2014, inclui receita adicional de R\$ 42.351, de acordo com o decidido em reunião de Diretoria da ANEEL 35ª e 48ª de 2013, referente à correção de faturamento efetuado a menor em 2005/2006.

5 Tributos
(a) Tributos a recuperar e diferidos

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	56.831	42.079
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (**)	2.114	5.066
PIS e COFINS a recuperar (***)	7.261	4.419
Outros	1.127	103
	67.333	51.667
Circulante	(9.523)	(9.588)
Não Circulante		
Diferidos (****)	57.810	42.079
Outros	56.831	42.079
	979	

(*) Valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal, contingências jurídicas e diferença temporária adoção Lei 12.973/2014.

(**) Em 2015, houve compensação do saldo a recuperar com tributos devidos no exercício.

(***) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia – MRE). Entre 2016 a 2018, é prevista a venda de energia referente ao hedge contratado, havendo expectativa de realização deste crédito.

(****) Projeções internas indicam a realização do ativo fiscal diferido nos próximos 9 anos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.951)	(112.768)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	(19.703)	(38.341)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes permanentes	34	(506)
Despesas indedutíveis		
Outras receitas (i)	10.890	3.509
Outros		
Provisão para riscos e passivos contingentes	17.245	678
Prejuízo fiscal compensado no exercício	(2.546)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	5.920	(34.660)

i) Em 2014, refere-se ao diferimento de imposto em face da fatura de R\$ 355 (complementar) somada a baixa referente ao imposto das 3 (três) parcelas recebidas da CEB.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação

	2015	2014
Em 1º de janeiro	42.079	58
Contingências	17.247	35.057
Prejuízo fiscal	(2.549)	281
Outros	54	6.683
Em 31 de dezembro	56.831	42.079

c) Obrigações Tributárias

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social – corrente	2.398	
Imposto de renda e contribuição social – provisão (*)		10.492
PIS e COFINS provisão (*)		1.169
PIS e COFINS corrente	452	569
Retenções	355	479
Parcelamentos	2.715	1.756
	5.920	14.465
Circulante	(3.522)	(12.943)
Não Circulante	2.398	1.522

(*) Em 2014, refere-se ao diferimento de impostos em face da não realização integral do recebimento da fatura de R\$42.705. Em 2015, esses valores foram baixados de acordo como recebimento da fatura retrocitada.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2015**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Outros ativos

	2015	2014
Banco Bradesco – Garantia CCEE (i)	7	1.522
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento (ii)	1.505	969
Outros	1	18
	1.513	2.509

(i) Refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

(ii) Refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento, ainda não concluídos ou submetidos à avaliação do órgão regulador ANEEL.

7 Imobilizado
(a) Composição

	2015		2014		Taxa média anual de depreciação - % (*)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado em serviço – Usina					
Terrenos	94.278		94.278	96.378	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	473.893	(91.782)	382.111	391.628	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.320	(49.466)	119.854	125.084	4,55
Veículos e embarcações	582	(464)	118	154	14,08
Imobilizado em serviço – Administração					
Computadores e periféricos	415	(351)	64	67	16,67
Móveis e utensílios	204	(150)	54	57	6,28
Outros	556	(293)	263	270	19,62
	739.248	(142.506)	596.742	613.638	

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

- (i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Companhia com a Serveng Civilsan S.A. foram praticados em condições usuais de mercado.
- (ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.
- (*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

(b) Movimentação

	2015	2014
Saldo inicial em 1º de janeiro	613.638	627.704
Aquisições	86	873
Baixas	(2.112)	(85)
Depreciação	(14.870)	(14.854)
	596.742	613.638

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Intangível
(a) Composição

	2015			2014	Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Contrato de conexão (i)	744	(148)	596	626	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(5.745)	7.120	7.486	2,9
	13.609	(5.893)	7.716	8.112	

(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.

(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão e amortizado pelo prazo da concessão.

(b) Movimentação

	2015	2014
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.112	8.508
Amortização	(396)	(396)
	7.716	8.112

9 Diferido
(a) Composição

	2015			2014	Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Diferido em serviços:					
Usina	18.916	(18.916)		1.939	10
Administração	16.519	(16.519)		1.693	10
	35.435	(35.435)		3.632	

(b) Movimentação

	2015	2014
Saldo inicial em 1º de janeiro	3.632	7.264
Amortização	(3.632)	(3.632)
	3.632	

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	2015	2014
Credores diversos – Terrenos	131	2.231
GSF (Nota 25)	6.223	
Diversos	1.698	3.566
	8.052	5.797
Circulante	(7.921)	(3.566)
Não circulante	131	2.231

11 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	12.399	48.739
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11 (i))		
Serveng Cilvisan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)
	<u>41.427</u>	<u>41.427</u>

	Receita (despesa)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Receita operacional bruta – CEB Distribuidora S.A.	145.065	139.683
Resultado financeiro – Serveng Cilvisan S.A. (ii)		(8.634)

- (i) O saldo de R\$ 38.195 e R\$ 3.232 permanecerão registrados no não circulante enquanto não for aprovada pelos Acionistas a destinação definitiva desses recursos.
- (ii) Registram-se neste item os valores de juros pagos referentes a correção do valor referente a sentença arbitral com a Serveng Cilvisan

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 2.098 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (2014 – R\$ 1.543).

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Emissão de Debêntures

2ª Emissão - 2014

A 2ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações da Companhia, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da Emissão:

Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);

Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);

Valor Total da Oferta Restrita: R\$481.500.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);

Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;

Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;

Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);

Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;

Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;

Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

Periodicidade de pagamento do valor nominal unitário: o pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

junho de 2016 (inclusive), em 14 (quatorze) parcelas semestrais iguais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano;

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração das debêntures será paga mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data de emissão até a data de vencimento das Debêntures;

Garantias/Garantidoras: Como garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias: (i) Alienação Fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Serveng e da C&M (“Garantidoras”), representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Companhia (“Percentual Alienado” e “Ações”, respectivamente); e (ii) Cessão Fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (“Direitos Emergentes da Concessão”) e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão (“Conta Centralizadora”) e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva (“Direitos Creditórios Cedidos” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente); (iii) exclusivamente para a 1ª série (a) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (b) Como garantia das Debêntures da Primeira Série, cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia de titularidade da Companhia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Conta Garantia” e “Valor Mínimo da Conta Garantida”), observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, e, alternativamente à Cessão Fiduciária de Conta Garantia, em garantia das obrigações assumidas pela Companhia em relação aos Debenturistas da Primeira Série, fica contratação de carta de fiança bancária pela Companhia em valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida (c) Ainda em garantia das debêntures 1ª série, “Garantia Fidejussória” onde a Serveng Civilsan, por ato específico e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora pelo valor de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) (“Valor da Fiança Corporativa”);

O valor de garantia exigido pelo contrato de debêntures, conforme descrito anteriormente, está registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 18.450 (2014 – R\$ 17.997).

	2015	2014
Debêntures 2ª emissão – valor principal (*)	445.345	473.008
Encargos	2.134	1.879
	447.479	474.887
Circulante	(65.750)	(29.537)
Não Circulante	381.729	445.350

(*) Valores líquidos da comissão de estruturação, que serão diferidos pelo prazo da operação.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Debentures 2ª série	Debentures 1ª série
Saldo em 31/12/2014	208.595	266.292
Amortização	(33.686)	(69.894)
Juros	33.857	41.250
Comissão de estruturação	468	597
Saldo em 31/12/2015	209.234	238.245

As parcelas não circulantes têm vencimento como segue:

	2015
2017	63.608
2018	63.608
2019	63.608
2020 em diante	190.904
	381.729

13 Patrimônio líquido
(a) Capital social

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2014 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA”, totalizando um capital subscrito de R\$ 235.259 (2014 - R\$ 235.259).

(b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe “A” e de ações ordinárias.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(38.628)	(74.049)

Os acionistas da Companhia são:

- Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
- Companhia Energética de Brasília - CEB
- C & M Engenharia Ltda.
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
- Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
- CEB Participações S.A. – CEBPar

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi criada uma conta redutora de patrimônio líquido (“recompra de ações”) no valor original de R\$ 76.000 (valor original das ações do FIP-BRB) sendo ajustada em R\$ 59.708 (valor das ações do FIP-BRB após redução de capital de agosto de 2012) tendo em vista o resgate /cancelamento das mesmas. O saldo remanescente, portanto, de R\$ 16.292, foi registrada em ajuste de avaliação patrimonial.

14 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 109 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

	2015	2014
Circulante	1.335	1.282
Não Circulante	25.599	25.861

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Cobertura de seguros

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, R\$ 507.869 (sendo R\$ 500.379 para danos materiais e R\$ 7.490 para lucros cessantes) e R\$ 203.520 para o limite máximo de indenização.

16 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	
	2015	2014	2015	2014
Cíveis/Trabalhistas	19	19	44.603	2.165

(b) Movimentação da provisão

	2015	2014
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.165	172
Baixas/Reversões		(110.230)
Outras constituições (reversões), líquidas	42.439 (ii)	112.223 (i)
Saldo final em 31 de dezembro	44.603	2.165

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2015, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

(i) SERVENG

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009.

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Companhia contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalcular os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais expuseram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng-Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito no valor de R\$180.542.

Após realização de perícia técnica, foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04 de dezembro de 2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Companhia ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Companhia ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos.

Por conseguinte, as partes ofertaram suas alegações finais na data de 18 de fevereiro de 2014. Durante toda a evolução do processo, a administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, estimava que a chance de perda era remota e, por isso, nenhuma provisão vinha sendo registrada nas informações financeiras.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M. A Companhia pediu esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP porém o mesmo manteve sua decisão.

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Companhia à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como despesa.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, o valor do pleito atualizado pelo IGP-M até agosto de 2014 era no valor de R\$230.897, por quanto que a sentença arbitral que condenou a Companhia a pagar a Serveng R\$118.253, atualizados pelo IGP-M até agosto de 2014 era no valor de R\$117.215.

Após tomar ciência da manutenção da condenação, foi realizada em 13 de outubro de 2014 a 2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA da Companhia, na qual os conselheiros, levando em consideração os pareceres do jurídico e da diretoria da Companhia e parecer de Procurador do Distrito Federal, deliberaram por unanimidade, acatar a referida decisão arbitral, orientando a Companhia a quitar tal obrigação o mais rapidamente possível, aprovando ainda alavancagem financeira com este fim.

Ao mesmo tempo em que foi reconhecida pelo Conselho de Administração a dívida consolidada na sentença arbitral, foi também auferido pelos conselheiros representantes das acionistas públicas (CEB, CAESB e TERRACAP) junto à Serveng Civilsan S.A. um desconto de R\$5.000 a ser abatido do valor final da dívida ao tempo do efetivo pagamento.

Com a 2ª emissão de debêntures e a reestruturação da dívida da Companhia, os valores da condenação retrocitada foram quitados em 19 de dezembro de 2014.

(ii) SANEAGO

Ação de cobrança proposta por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO, a qual aduz que: 1) estava construindo uma estação de captação de água bruta do Rio Corumbá; que a obra foi submersa por lago construído pela Companhia, restando à autora prejuízo de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006; 2) que as partes firmaram um termo de compromisso em 20 de janeiro de 2005, no qual restou pactuado que caberia à Companhia construir uma nova estação de captação de água bruta para substituição da obra inundada; 3) que firmaram o prazo de doze meses para o cumprimento do acordo; 4) que passados mais de nove meses do término do prazo estipulado, e mesmo após incessantes contatos, nenhuma providência tomou a Companhia para o adimplemento das obrigações por ela assumidas no contrato. Em sua defesa, a Companhia alegou preliminar de inépcia da inicial e a necessidade da ANEEL integrar a lide na qualidade de litisconsorte passiva necessária. No mérito da questão, a Companhia afirmou que: 1) tinha conhecimento acerca da interferência das obras a serem feitas para a construção da estação de captação de água já iniciada pela SANEAGO e que, por esta razão, previu em edital licitatório um valor de referência para o possível remanejamento da estação de captação, tendo sido este valor registrado em R\$ 2.100; 2) que desde a assinatura do Termo de Compromisso cumpriu as obrigações referentes à primeira fase da obra de captação de água, sendo que foi impedida de dar prosseguimento às suas obrigações referentes à segunda etapa da construção por fato alheio a sua vontade; 3) que em 17/10/2006 foi realizada reunião entre os representantes das partes para resolução do problema, não tendo a SANEAGO envidado esforços necessários para a solução do impasse; 4) que chegou ao seu conhecimento que a SANEAGO, juntamente com a CAESB e prefeituras dos municípios envolvidos, estaria finalizando projeto para a construção de obra de captação de porte superior ao da estação objeto do termo de compromisso; 5) que quando da realização da segunda etapa de construção da obra, a Companhia se deparou com dois fatos impeditivos a continuidade das obras, quais sejam, a resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do IBAMA/DF, o qual notificou a Companhia para apresentar projeto relativo à obra e determinou a paralisação da construção; 6) que a empreendedora da obra é a SANEAGO, devendo ela providenciar a necessária licença ambiental.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que a resistência criada pelos proprietários da área lindeira e a notificação feita pelo IBAMA constituíram situações inevitáveis pela Companhia, não provocadas por esta, e que impediram o cumprimento da obrigação, excluindo-se a sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação da Companhia ao pagamento da multa contratual. Entretanto, a sentença entendeu ser

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar o “*quantum debeatur*”, o que requer o auxílio de um expert para estimar o valor da obra inundada. Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12/05/2015 foi distribuída pela SANEAGO ação de liquidação provisória de sentença, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela SANEAGO. A perícia de liquidação ainda não foi iniciada. Valor Original da Causa: R\$24.021. Valor atualizado da causa: R\$41.969. Probabilidade de Perda: Provável.

Demais causas judiciais

	<u>2015</u>
Remota	7.658
Possível	2.070

Ganhos judiciais

Registramos em 2014 para a Companhia na resolução do procedimento arbitral 37/2012 que tramitou no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, onde a Companhia litigou com o BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BRB-DTVM) e Fundo de Investimentos em Participações BRB - Corumbá (FIP), onde a Companhia obteve sucesso em sua demanda de cumprimento de contrato reconhecendo e recebendo caixa de R\$ 5.991.

IBAMA

Cuida-se de auto de infração ambiental aplicado pelo IBAMA em 29/11/2005 sobre suposto descumprimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 281/04, referente ao aproveitamento hidrelétrico AHE Corumbá IV, cuja descrição faz saber: “Instalar estabelecimentos, obras ou serviços, potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares competentes”, a qual após consolidação da multa na esfera administrativa, a anulabilidade da mesma se encontra em discussão. Valor atualizado da causa: R\$1.904. Probabilidade de Perda: Possível.

Desapropriação

Trata-se de desapropriação judicial litigiosa que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, referente a uma área rural atingida pela construção da UHE Corumbá IV, na qual não houve composição amigável quanto ao preço da indenização, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia existente no local. Ao tempo das negociações administrativas verificou-se que o imóvel possuía gravames e averbações em favor do INSS, impossibilitando acordo administrativo, sob pena da Companhia responder por fraude contra credor. Houve perícia e condenação da Companhia ao pagamento de indenização pelas terras e benfeitorias na ordem de R\$229 e condenação pelos lucros cessantes de exploração de areia na ordem de R\$291. O processo encontra-se aguardando julgamento do Agravo Regimental contra decisão que negou seguimento do Recurso Especial da Companhia. Valor atualizado da causa: R\$166. Probabilidade de Perda: Possível.

Corumbá Concessões S.A.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica	145.066	139.683
Receita com Liquidação Financeira – MRE	299	1.794
Outras Receitas (*)	1.922	2.508
COFINS	(4.712)	(4.517)
PIS	(1.021)	(979)
Receita líquida	141.554	138.489

(*) Operação de sazonalização de energia

18 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Custos operacionais gerais (a)	14.520	17.621
Custo de energia elétrica (b)	31.024	30.599
Custo de uso do sistema de distribuição	2.687	2.332
Custo de compensação financeira – CFURH	1.840	3.016
Custo com mão de obra própria	2.437	2.099
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.692	1.447
Custo de fiscalização regulatória	386	325
Depreciação e amortização	18.909	18.930
	73.495	76.369

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Meio ambiente (i)	9.853	11.276
Serviços profissionais – pessoa jurídica	681	1.531
Manutenção de Barragem/Usina	1.214	1.658
Seguro – Usina	654	658
Manutenção de SE Linha de Transmissão	575	588
Preservação e segurança	545	628
Combustíveis e lubrificantes	413	132
Outros	585	1.150
	14.520	17.621

(i) Houve redução no valor devido a otimização do custeio

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo de energia elétrica

Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2015 e 2014 se referem principalmente à liquidações financeiras do mecanismo de realocação de energia – MRE, realizadas no âmbito de Câmara de compensação financeira – CCEE, majoradas em ambos os anos dado ao aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”). Houve redução de valor em 2015 devido ao menor preço de liquidação das diferenças – PLD.

19 Despesas administrativas e outras despesas operacionais, líquidas

(a) Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Pessoal	6.887	5.270
Tributárias	46	53
Outras (i)	2.355	4.121
	<u>9.288</u>	<u>9.444</u>

(i) Outras

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Serviços profissionais – pessoa jurídica (i)	658	2.387
Informática	349	383
Contribuições	88	69
Viagens	146	136
Legais/cartórios	12	42
Alugueis de imóveis	221	208
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	30	34
Indenização de terras	48	53
Outros	684	690
	<u>2.355</u>	<u>4.121</u>

(i) Em 2014, valores associados a honorários advocatícios relacionados ao processo arbitral CMA 201/2010 em 2014.

(b) Outras despesas operacionais, líquidas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Provisão para causas judiciais (Nota 16)	42.439	1.993
Indenizações (Nota 16)		112.223
	<u>42.439</u>	<u>114.216</u>

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2015**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
Receitas		
Receitas sobre aplicações (i)	3.600	1.127
Descontos obtidos (ii)	156	5.001
Outras receitas financeiras (iii)		1.040
Despesas		
Juros sobre financiamentos BNDES e Banco do Brasil (iv)		(14.762)
Despesas correção/remuneração Debêntures (v)	(75.107)	(28.831)
Despesas com financiamentos	(1.065)	(2.877)
Juros e atualização monetária com fornecedores (vi)		(8.634)
Despesas financeiras com Outorga	(1.129)	(1.972)
Outros	(739)	(1.320)
	(74.284)	(51.228)

(i) Em 2015, refere-se a receitas com aplicação de recursos do caixa em operações compromissadas

(ii) Em 2014, refere-se a desconto concedido pelo fornecedor Serveng-Civilsan referente a indenização (Nota 17 (c (i)))

(iii) Correção referente ao termo aditivo – resolução homologatória nº 1779 da ANEEL por ocasião do reajuste tarifário da CEB Distribuição S/A (Nota 4).

(iv) Quitação integral em 19/12/2014

(v) O valor registrado em maiores patamares em 2015 se explica pelo aumento do valor da dívida aliado ao crescimento do custo da mesma nominado em CDI

(vi) Em 2014 se refere ao valor da correção da sentença arbitral com a Serveng, quitado no mesmo ano

21 Gestão de risco financeiro
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Debêntures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGP-M sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica). Na 2ª emissão de debêntures, o custo foi reduzido de 128,5% CDI para 128,0% CDI.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(e) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(f) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia, até 19 de dezembro de 2014, tinha 10% do total de seu contrato com o BNDES em moeda estrangeira. A avaliação da administração é que o risco de exposição pela mudança na taxa de câmbio não mais existe pois, todo o endividamento da Companhia está alocado nas novas debêntures emitidas em 19 de dezembro de 2014.

(g) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. O único instrumento financeiro que a Companhia opera é a emissão de debêntures, onde o valor dos juros é sempre pago, restando apenas o saldo do valor principal devido.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	12.399		12.399	48.739		48.739
Caixa e equivalentes de caixa	9	19.468	19.477	5.735	8.580	14.315
	<u>12.408</u>	<u>19.468</u>	<u>31.876</u>	<u>54.474</u>	<u>8.580</u>	<u>63.054</u>

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	447.878	474.887
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	28.632	30.709
	<u>476.510</u>	<u>505.596</u>

22 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm que aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	2015	2014
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico	93	117
P&D	2.933	2.133
MME (Ministério das Minas e Energia)	46	59
	3.072	2.309
Circulante	(1.981)	(1.871)
Não circulante	1.091	438

24 Compromisso

A Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 7 de março de 2002 para fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., onde anualmente deverá fornecer os seguintes montantes de energia:

	MWh/ano
2016	665.760
2017	665.760
2018	665.760
2019	665.760
2020 a 2035	10.652.160
	13.315.200

25 Repactuação

De janeiro até julho de 2015 a Companhia registrou despesas importantes com as liquidações financeiras mensais no MRE (R\$31.725) explicado pela ocorrência de valores elevados de GSF (“Generation Scalling factor”) – que reduz a energia assegurada da Usina - aliado a preços de liquidação das diferenças (PLD) majorados pelo despacho de usinas térmicas. A partir desta data, contudo, a companhia em ação coletiva (Ação n. 0034944-23.2015.4.01.3400 em trâmite na 20ª Vara Federal) por intermédio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (APINE), conseguiu liminar suspendendo os pagamentos relativos às retrocitadas liquidações financeiras, por entender que essas se situavam acima dos valores razoáveis. Portanto, de agosto de 2015 a dezembro deste ano foram então provisionados valores que somam R\$ 8.282 relativos às liquidações financeiras *sob judice* (agosto a dezembro de 2015).

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela MP 688 e posterior Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos contratados, bem como as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação, a Companhia abre mão da liminar judicial que a protegia do GSF.

Como a lei 13.203/2015 retroage a janeiro de 2015, seus efeitos no balanço energético da Companhia e os consequentes lançamentos contábeis, devem ser então considerados também como se os mesmos fossem válidos desde essa data, de acordo com a classe de produto de “seguro” escolhido (SP90). Como o produto de seguro escolhido limitou o risco da Companhia em 10% (de redução da energia assegurada pelo GSF) ainda em 2015, foi calculado pelo Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, que a companhia faria jus a uma compensação financeira relativa aos valores a maior pagos/provisionados à título de liquidação financeira em 2015. Isto é, esta compensação tenta anular os efeitos financeiros de tudo que foi pago ou provisionado para as liquidações do MRE que excederam o teto estabelecido pelo produto SP90 (descontados os pagamentos de prêmio de seguro do ano de 2015). Dessa forma, segundo o Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, a Companhia tem direito a uma compensação total de R\$ 9.947, contabilizado, contudo, de forma que R\$ 7.888 foram a débito em despesas antecipadas (curto prazo mais longo prazo) e a crédito como uma redução do custo com compra de energia do mesmo montante, calculados para fazer face às despesas efetivamente pagas em 2015. O saldo restante de R\$ 2.059 lançados como uma conta redutora do passivo (fornecedores) contra também uma redução das despesas citadas, redução essa última implementada em face dos valores provisionados, e ainda não calculados, das liquidações do MRE de agosto a dezembro de 2015.

* * *